



## A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO IMAGINÁRIO SOBRE AS CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS

*Lucimar Rosa Dias<sup>1</sup>*

*Maria Celma Borges<sup>2</sup>*

*Maura Tânia Guimarães<sup>3</sup>*

*Giovani José da Silva<sup>4</sup>*

*Raquel Elizabeth Saes Quilles<sup>5</sup>*

---

<sup>1</sup> Atualmente é professora da Universidade Federal do Paraná no curso de Pedagogia. Trabalhou na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Campus de Três Lagoas) de 2009 a 2013. Fez o doutorado em Educação na Universidade de São Paulo e mestrado na UFMS. Sua experiência em docência começou nas séries iniciais do ensino fundamental em redes públicas e privadas. Suas pesquisas e atividades de extensão enfatizam a diversidade étnico-racial e práticas promotoras da Igualdade Racial na Educação Infantil, Formação de Professores/ras e Currículo. Realiza consultoria desde 2003 em diversos programas desenvolvidos pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT e MEC. Co-autora da Coletânea Outras Histórias ... Culturas Afro-brasileiras e Indígenas e a autora do livro infantil "Cada um é de um jeito, cada jeito é de um". Possui vários artigos publicados em revistas, periódicos e jornais sobre políticas de educação infantil e a diversidade étnico-racial.

<sup>2</sup> Graduada em História (Universidade Estadual de Maringá, 1993), mestre em História e Sociedade (Unesp/Assis, 1996), doutora em História e Sociedade (Unesp/Assis, 2004). Professora do Curso de História da UFMS/ Campus de Três Lagoas desde o ano de 1998. Professora do corpo permanente do curso de Pós-Graduação em História da UFGD, onde orienta trabalhos de mestrado. Como publicação acadêmica destaca-se o livro: O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema, SP. São Paulo: Annablume, 2010. Tem experiência na área de História, com ênfase em Movimentos Sociais no Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: história, Pontal do Paranapanema, MST, pobres livres, escravos, sul de Mato Grosso, memória e pesquisa.

<sup>3</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Especialista em políticas públicas educacionais, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos. Professora de História nas redes pública e privada no Ensino Fundamental e Médio.

<sup>4</sup> Possui graduação e mestrado em História pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), especialização em Antropologia pela UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) e doutorado em História pela UFG (Universidade Federal de Goiás). -Foi professor adjunto da UFMS-e pesquisador colaborador do grupo de pesquisa do CEPPAC (Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas) e docente colaborador do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas, ambos da UnB (Universidade de Brasília), onde realizou estágio pós-doutoral em Antropologia sob a supervisão do Prof. Dr. Stephen Grant Baines. Principais linhas de atuação em Pesquisa, Ensino e Extensão: História Regional, Ensino de História, História das Américas, Antropologia, História Indígena e História Oral. Atualmente é professor dos cursos de História e Licenciatura Intercultural da Unifap (Universidade Federal do Amapá).

<sup>5</sup> Professora Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2002). Intérprete e Tradutora de Libras/Língua Portuguesa, certificada pelo PROLIBRAS (2007). Experiência na área de Educação com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: surdez, políticas públicas, educação especial, escolarização e inclusão. Vice-Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (GEPEDI).



**Resumo:** Este artigo apresenta o processo de produção de material didático sobre histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas que deve ser obrigatoriamente trabalhado nas instituições escolares conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, de 1996. Busca desencadear reflexões sobre a construção de um novo imaginário dessas culturas por meio de material que reconheça as múltiplas formas de resistências desses grupos na constituição da sociedade brasileira. A metodologia utilizada na confecção dos livros pautou-se na concepção colaborativa e teve como princípio o diálogo crítico entre os/as autores/as. Tomou-se como baliza as teorias críticas de educação e os princípios da nova história e da história social, articulando-as a defesa de uma educação inclusiva que se fundamenta na concepção de direitos humanos, no respeito a diferença e no questionando dos processos de produção da desigualdade.

**Palavras-chave:** Material Didático; História; Culturas Afro-brasileiras e Indígenas; Resistências.

### **THE PRODUCTION OF DIDACTIC-PEDAGOGICAL MATERIAL AND THE CONSTRUCTION OF A NEW IMAGINARY ABOUT THE AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS CULTURE**

**Abstract:** This article presents the production process of didactic material about afro-Brazilian and indigenous history and culture that must necessarily be worked in schools as provided for in the Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, de 1996. Seeks to initiate reflections about the construction of a new imaginary of these cultures through material that recognize the multiple forms of resistance of these groups in the constitution of Brazilian society. The methodology used in the production of the books was based on the collaborative conception and has as its principle the critical dialogue between the authors. Was taken as referential guide the critical theories of education and the principles of the new history and social history, articulating the defense of an inclusive education that is based on the conception of human rights, respect for difference and the questioning of the production processes of inequality.

**Keywords:** Didactic material, History, Afro-Brazilian and indigenous cultures, resistance.

### **LA PRODUCTION DE MATÉRIEU DIDACTIQUE-PEDAGOGIQUE ET CONSTRUCTION D'UN NOUVEAU IMAGINAIRE SUR LES CULTURES AFRO-BRÉSILEINNE ET INDIGÈNES**

**RESUMÉ:** Cet article présente le processus de production de matériel didactique sur les histoires et cultures afro-brésiliennes et indigènes que doivent obligatoirement travaillé dans les écoles, comme prévu par la Loi de Directrices et Bases de l'Éducation nº 9394, 1996. Recherche déclenchement réflexions sur la construction d'un nouvel imaginaire de ces cultures à travers le matériau qui reconnaissent les multiples formes de résistance de ces groupes dans la formation de la société brésilienne. La méthodologie utilisée dans la fabrication de livres s'est basée dans la conception collaborative et avait pour principe le dialogue critique entre les auteurs. On s'est pris comme balise les théories critiques de l'éducation et les principes de la nouvelle histoire et de l'histoire sociale, en les articulant à la défense d'une éducation inclusive qui se basé sur la conception des droits humanités, respect de la différence et de questionnement des processus de production l'inégalité.



**Mots-clés:** Matériau Didactique, Histoire, Cultures Afro-brésiliennes et Indigènes; Résistances.

## LA PRODUCCIÓN DE MATERIAL DIDÁCTICO-PEDAGÓGICO Y LA CONSTRUCCIÓN DE UN NUEVO IMAGINARIO SOBRE LAS CULTURAS AFRO-BRASILEÑAS E INDÍGENAS

**Resumen:** Este artículo presenta el proceso de producción de material didáctico sobre historias y culturas afro-brasileñas e indígenas que deben ser obrigatoriamente trabajado en las instituciones escolares como previsto en la ley de Directrices y Bases de la educación nº 9394, de 1996. Busca producir reflexiones sobre la construcción de un nuevo imaginario de estas culturas por medio del material que conozca las múltiples maneras de resistencias de estos grupos en la constitución de la sociedad brasileña. La metodología utilizada en la confección de libros se basó en la concepción colaborativa y tuvo como principio la nueva historia y de la historia social, articulando la defensa de una educación inclusiva que se basa en la concepción de derechos humanos, en respeto a la diferencia y no cuestionando los procesos de producción y de desigualdad.

**Palabras-Clave:** Material Didáctico; Historia; Culturas Afro- Brasileñas e Indígenas; Resistencias.

### INTRODUÇÃO

Não temos a intenção de discorrer sobre a importância do livro didático para a educação brasileira de modo geral, pois sobre este aspecto vários autores já realizaram extensos estudos dentre eles Faria (1984) e Silva (1998). Nesse sentido, iremos localizar a discussão sobre o livro didático com relação as questões relativas a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e indígenas, conforme o que está prescrito no Art.26-da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 1996 (alterado pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08), apresentando a experiência vivida por cinco professores na elaboração de uma coletânea de livros que visa colaborar na construção de um novo imaginário sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas.

Desde 1938, com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, a importância do livro didático como material de apoio para o desenvolvimento da educação vem ganhando força. Depois, com a assinatura do acordo MEC-USAID<sup>6</sup>, em

---

<sup>6</sup> O chamado acordo MEC-USAID – Ministério da Educação e Cultura, órgão do governo brasileiro e a *Agency for International Development*, órgão do Governo do Estados Unidos da America, realizado em 1966 visou especialmente o Ensino Superior brasileiro. Foi cercado de muitas críticas, pois a agência Americana ao investir no ensino brasileiro também definia a sua forma de organização, o que foi



1966, cresceu a distribuição de livros pelo governo federal, ação que se consolida em 1985 com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em 1993 o Ministério da Educação criou uma comissão de avaliação do livro didático na qual os critérios são continuamente atualizados, e por força dos movimentos sociais os editais mantêm como um dos critérios de seleção a perspectiva da não discriminação, sendo que de 2013 está incluso nesse processo o combate a discriminação em relação a mulheres, negros, indígenas e homossexuais<sup>7</sup>.

Atualmente o Decreto do governo brasileiro de nº 7.08/10 que estabelece as diretrizes para todos os programas de materiais didáticos coordenados pelo MEC reitera os princípios do PNLD, e afirma no Art.3º que os programas devem primar por

- I - respeito ao pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- II - respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III - respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino;
- IV - respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e
- V - garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras. (BRASIL, 2010).

Porém, embora a preocupação com o conteúdo do livro didático e/ou materiais didáticos de apoio ao trabalho pedagógico tenha avançado, muitas questões em relação à diversidade étnico-racial ainda não contemplam devidamente os processos de avaliação destes materiais, pois apesar de uma longa história de estudos esta produção é ainda pequena em termos quantitativos. No entanto, suficiente e de grande importância qualitativa as pesquisas estudaram áreas específicas como livros de Língua Portuguesa, outros fizeram estudos mais amplos. Pesquisadores como Pinto (1987), Negrão (1987, 1988) Negrão e Pinto, (1990) Bazilli (1999) e Silva (2002), buscaram identificar como a questão da discriminação, preconceitos e estereótipos raciais eram retratados em livros didáticos.

Essas pesquisas reafirmaram o que o movimento negro tem trazido como um dos problemas na produção de materiais didáticos, qual seja que em muitos casos, muitos materiais que ainda circulam pelas escolas reproduzem preconceitos e discriminações e

---

considerado por muitos teóricos como uma ingerência na educação brasileira que almejava, sobretudo, a garantia da continuidade dos princípios do capitalismo.

<sup>7</sup> Para mais detalhes consultar: Brasil, Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de Obras didáticas para o programa nacional do livro didático — PNLD 2013. Anexo III - princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas a perspectiva.



também que há baixa produção de materiais que incorporem a demanda vinda com as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 1996 (alteradas pelas Leis nº 10.639, de 2003 e nº 11.645, de 2008), que incumbiu as escolas de trabalharem com a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena buscam responder a esta demanda. Porém, como nos alertam Rosemberg e Silva (2003):

Se esta lei [10.639/03] reconhece a antiga reivindicação do movimento negro, ela instiga uma certa apreensão no que diz respeito a sua aplicação e suas conseqüências para a produção do livro didático. A apreensão decorre da inadequação na formação de professores quanto à matéria e na reduzida retaguarda de material didático de qualidade para uso de alunos e professores, como evidenciou, também, o reduzido e incipiente acervo de pesquisas disponíveis no Brasil sobre o negro e a África em livros de História. Se é verdade que alguns municípios (como Vitória e Salvador) vêm atuando no sentido de implementar adequadamente a lei, teme-se que, para suprir esse novo mercado editorial que se abre, possamos ter uma nova enxurrada de livros que se comprazam em representar a África do tempo da colonização do Brasil, que fortaleçam o trio feijoada, futebol e samba, ou que mantenham o debate sobre relações raciais no Brasil focalizado exclusivamente nos negros, retardando, ainda mais, o questionamento da construção da identidade racial branca (ROSEMBERG; SILVA, 2003, p. 142).

A crítica de Rosemberg e Silva (2003) sobre livros didáticos produzidos com intenção de trabalhar a questão das relações raciais no Brasil mereceu nossa atenção e certamente foi uma preocupação da equipe que produziu a coletânea. Não há possibilidade de discutir este tema sem reconhecer o papel fundamental que a identidade branca exerce na constituição das concepções acerca das culturas negras e indígenas.

Nesse sentido a produção da Coletânea de livros composta por cinco volumes dirigidos aos anos iniciais do ensino fundamental: se utilizou de metodologias e abordagem teórica que ao mesmo tempo apresenta o papel ativo de negros, negras e povos originários na construção da história brasileira, compreendendo que este é um processo em constantes mudanças dando-lhes o protagonismo de muitas lutas e vitórias, mas não deixa de colocar o colonizar como um dos atores desse processo de inter-relação que se constituiu a História do Brasil.

Na medida em que expomos as metodologias e os pressupostos teóricos que ampararam a produção de um material específico esperamos contribuir para a reflexão mais ampla sobre a construção de novas abordagens em relação às histórias e culturas



afro-brasileiras e indígenas, bem como, subsidiar pesquisas, intervenções e novos materiais que corroborem para a aplicação da lei na sua totalidade.

### E ASSIM COMEÇA A HISTÓRIA...

Apresentaremos a seguir o relato de experiência vivenciado por um professor e quatro professoras na produção de uma coletânea composta por cinco livros didáticos e um livro para o professor, dirigidos aos anos iniciais do ensino fundamental. A história desta coletânea surge em abril de 2010 após a emissão de um parecer técnico feito por uma das autoras da equipe que analisou um conjunto de livros que tratava da cultura afro-brasileira e indígena produzido por uma editora.

Na leitura do material foram identificados problemas como: a falta de conexão entre as unidades e a recorrência à concepção da miscigenação para ressaltar a positividade da nação brasileira, repetindo a já velha e inadequada concepção de Brasil como caldeirão de raças e por isso, sociedade sem discriminação e preconceitos raciais.

No material a ideia de diferença não foi tratada como historicamente construída e relacional, ao contrário os livros apresentavam negros e indígenas como portadores de uma “diferença”. Isto é, eles eram os diferentes em relação ao outro. Embora este outro não tenha sido nomeado era possível identificá-lo como branco.

As referências à história e cultura africana centravam-se na escravidão. Nas unidades, os conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e indígena repetiam estereótipos já denunciados pelos estudiosos da ideologia nos livros didáticos. As populações indígenas eram apresentadas como “índios” genericamente e como povos do passado. Quando se referiam as populações negras, ao invés de ressaltar a riqueza da herança cultural destes grupos repetiam os clássicos equívocos, mostrando os negros como escravos e não povos escravizados. O paradigma da África selvagem foi reafirmado em várias atividades didáticas propostas e também estava presente o “mito da democracia racial” na medida em que se reforçava em todo o material a ideia do Brasil como uma mistura colorida, bela e sem conflitos.

Não havia sequer uma citação sobre os movimentos de resistência, nem mesmo o Zumbi dos Palmares. A concentração das informações em relação à população negra



remetia sempre ao passado escravagista e ao tratar da população indígena também se concentrava no passado. Não havia nenhuma referência desta população na sociedade contemporânea.

As religiões de matrizes africanas não foram citadas se furtando a explicar as crianças que a herança cultural religiosa da população influencia a sua vida e a da população brasileira como um todo. As heranças culturais de negros e indígenas estavam apresentadas de forma simplista, a partir de uma lenda ou conto, reforçando a ideia de cultura como manifestações de dança, alimentação, vestimentas e nada mais que isso. Além de todos os aspectos apresentados, o material também tinha problemas em relação a questões de gênero, pois as crianças em destaque nas ilustrações dos livros eram majoritariamente do sexo masculino.

Após a análise do parecer a editora convidou a parecerista a produzir um material didático que suprimisse todas as falhas identificadas no material. A tarefa foi aceita e para tanto foi formado um grupo de professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, contando também com uma professora da rede pública e privada de educação do município de Três Lagoas, pois a parecerista é professora do Campus desta cidade. A ação revelou-se mais fértil do que podíamos imaginar, pois a produção da Coletânea “Outras histórias... culturas afro-brasileiras e indígenas” nos levou a muitas reflexões sobre o tema e nos desafiou a elaborar um material que colaborasse na construção de um novo imaginário dos povos negros e indígenas.

Os temas nela trabalhados buscaram possibilitar que as crianças desde os primeiros anos do ensino fundamental aprendessem sobre esses povos e seus descendentes numa perspectiva crítica, com foco nas distintas formas de lutas e resistências empreendidas por eles para garantia de seus direitos. Acreditamos que este olhar faz melhorar atitudes e eliminar preconceitos, pois remete a criança para a percepção da presença negra e indígena no Brasil de forma positiva e apresenta o protagonismo destes grupos na construção da nação brasileira de ontem, mas também de hoje.

Trata-se de uma história viva e em construção. Além disso, as informações adquiridas ao longo da coletânea permitem refletir sobre as desigualdades étnico-raciais



e estimula as crianças a se posicionarem contra as opressões e hierarquias de classe e raça, construindo laços de solidariedade entre si e com os outros.

Os livros tratam também dos povos originários, ou seja, de indígenas, ressaltando as singularidades de vários grupos e não uma homogeneização desses povos em uma única denominação: índios. Também ao nos referirmos aos negros escravizados e não simplesmente tratá-los como escravos buscou romper com a ideia de que há uma essência natural de subalternidade nestes povos e eles se apresentam como protagonistas de suas histórias. Além disso, ressaltamos as garantias legais dos povos originários e afro-brasileiros não citados nos livros didáticos em geral, visando o entendimento dos estudantes sobre as especificidades desses direitos e a importância de respeitá-los, vivenciá-los e partilhá-los.

Acreditamos que a coletânea é uma contribuição para efetivar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9.394, de 1996) alterada em seus artigos 26A e 79B (pelas Leis nº 10.639, em 2003 e nº 11.645, em 2008), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Lei de grande importância, pois sabemos que negros e indígenas, ainda no tempo presente, são vítimas constantes e preferenciais do racismo à brasileira, isto é, admite-se o preconceito e a discriminação, frequentes em vários âmbitos da sociedade, inclusive nas escolas, mas poucos se responsabilizam por suas práticas. E por isso a coletânea é uma rica contribuição, pois focamos na condição desses grupos como sujeitos construtores de história e cultura.

### **O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS LIVROS - UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

O trabalho foi pautado na preocupação em contar “outras histórias” de dois grupos que merecem nosso respeito, admiração e gratidão, pois sem a luta e resistência dos povos originários e africanos não seríamos a nação que somos hoje. É preciso destacar, ainda, que a composição deste grupo para produzir conjuntamente este material se preocupou com uma perspectiva que muitos materiais didáticos e paradidáticos não têm dado a devida atenção: a valorização da diversidade a partir de uma proposta de educação inclusiva, que não passa unicamente pela demonstração das





singularidades de indígenas e negros, mas também pelo reconhecimento de tantos outros grupos que, ao longo da história, foram e, em muitas situações, continuam sendo marginalizados e excluídos, como as pessoas com deficiências, por exemplo. Assim, a preocupação do grupo, ao produzir um material como este, foi a de dar visibilidade às diversas formas de “ser humano”, com as cores e jeitos únicos que marcam tantas diferenças entre nós, o que entendemos ser a nossa maior riqueza.

Considerando que a construção dos textos foi coletiva, a forma como nos organizamos e as dificuldades e superações que tivemos enquanto grupo são partes integrantes do resultado político e ideológico do material. Nesse sentido, a primeira coisa que destacamos é o caráter multidisciplinar da equipe<sup>8</sup>. Este foi um dos pontos chave para a qualidade do material. Nossas formações são distintas, nossos interesses de pesquisa também, mas quando nos reunimos para produzir os textos a diversidade dos nossos perfis profissionais foi enriquecedora e um dos nossos maiores desafios também, pois em vários momentos divergimos, em outros convergimos... discutimos e não omitimos os conflitos gerados pelos diferentes pontos de vista, cedemos e muitas vezes retrocedemos para avançarmos enquanto equipe.

Essa metodologia aberta aos conflitos e propositiva no sentido de que estávamos também aprendendo com o outro é a essência do resultado e o princípio constitutivo da coletânea. Essa experiência nos ensinou que a troca de saberes e até os diferentes posicionamentos é algo muito positivo. Assim, salientamos que o respeito ao outro e à forma como esse outro se constitui, que é uma das ideias centrais da coletânea, foram exercitados por nós mesmos, enquanto autores, em todo o processo de elaboração do material. Com certeza não somos mais as mesmas pessoas depois dessa experiência.

Na perspectiva prática do trabalho, um dos nossos maiores desafios foi a decisão de como iríamos escrever a “10 mãos”. Após muitas reuniões, optamos por nos dividir a partir de grandes eixos temáticos, que depois se transformaram nas unidades de cada livro. Isso poderia ter sido feito de várias maneiras, mas não queríamos construir um

---

<sup>8</sup> Como já mencionado, o grupo foi composto por quatro professores universitários e uma professora da Educação Básica. Duas pedagogas, uma com pesquisas nas áreas da diversidade étnico-racial e educação infantil, outra com estudos no campo da Educação Especial e Educação Inclusiva e três historiadores: um estudioso das questões indígenas, outra que pesquisa questões relacionadas aos pobres livres e camponato e uma que atua como docente de história em redes públicas e privadas, com estudos mais aprofundados na Educação de Jovens e Adultos.



texto fragmentado, “juntando” cada eixo. Assim, optamos que uma metodologia dialógica, que passava por uma construção individual, no que diz respeito às unidades I, II e IV, e em dupla, na unidade III, em um primeiro momento, que depois era socializada com o grupo, garantindo um segundo momento de construção coletiva.

Portanto, desde o primeiro momento, nossas ideias foram partilhadas e tudo que fizemos foi resultado do trabalho em grupo. A estrutura do material, os conteúdos, as imagens, o texto escrito, tudo foi amplamente discutido e socializado o tempo todo. Tivemos reuniões pelo menos quinzenais para discutir nossas produções e o material exposto era debatido, questionado e, a partir da opinião de cada um e do consenso, melhorado ou mesmo rejeitado em parte ou no todo, para ser novamente reconstruído seguindo os mesmos passos (individualmente e em dupla) até que o resultado expressasse a convergência teórico-conceitual discutida na equipe e que as unidades deveriam explicitar. Temos certeza que essa opção metodológica foi o segundo ponto que garantiu a qualidade desse material didático. Nossos textos foram mudados, transformados e são resultados, de fato, de uma produção coletiva.

A metodologia escolhida perseguiu alguns princípios teóricos: a desconstrução do imaginário racista em relação à população negra, a ruptura com as imagens de povos indígenas a partir de um passado imaginado, pautado e estereotipado, ênfase em explicitar que a diversidade abrange aspectos físicos, corporais e culturais, sem hierarquização, e a construção de conceitos que reconheçam a resistência dos grupos marginalizados pelo poder econômico e cultural estimulando o posicionamento contrário às desigualdades. Para tanto, algumas estratégias metodológicas nortearam a apresentação dos conteúdos também nos livros, bem como se apresentam como diferenciais em relação a outros materiais didáticos que tratam das histórias e culturas de negros e indígenas:

1. Trazer para o universo infantil a experiência viva das populações indígenas, estabelecendo de forma lúdica o contato com a produção dos saberes de diferentes grupos étnicos, sendo que uma de nossas estratégias foi o uso de palavras indígenas de algumas línguas: Kadiwéu, Guató, Guarani e Terena, em várias atividades;
2. Apresentar às crianças uma língua de origem africana, o Iorubá, reconhecendo que sua presença atual marca um lugar de resistência dessa população;



3. Enfatizar os diversos âmbitos que cercam a discussão da educação inclusiva, trazendo informações sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como uma preocupação com imagens e ilustrações que contemplassem, de fato, a diversidade física e cultural tão presente entre nós, mas nem sempre respeitada e valorizada pela escola;
4. Estabelecer uma relação de empatia com as crianças no processo de aprendizagem. Para isso em todos os livros há dois personagens infantis marcantes: Zene – menina negra, com nome de origem africana que quer dizer “moça bonita”; e Wani – menino indígena, com nome de origem indígena que quer dizer “o que voa alto”. Ambos aparecem para dar informações, tirar alguma dúvida, contar segredos, explicar melhor algum assunto, indicar outra leitura, etc., ou em momentos lúdicos interagindo com outros personagens e também com situações relatadas nos livros.

A coletânea organiza os conhecimentos partindo da concepção de que estes devem ser apreendidos em contextos significativos. Desta forma, procuramos estimular o pensamento crítico das crianças instigando seus conhecimentos prévios sobre os temas trabalhados. Buscamos evitar atividades repetitivas e com respostas definitivas. Ao contrário, as atividades propostas apresentam os conceitos partindo de questionamentos relacionados com a própria criança e seu entorno, para depois alargar este horizonte para a sua vizinhança ou para outros lugares nos quais vivem outros sujeitos.

Destaca-se, como estratégia didática, a construção da concepção de diversidade como um valor positivo. Por isso, tomamos o cuidado de apresentar as diferenças, sejam elas culturais ou físicas, como um valor, um bem da humanidade, tanto nos textos como nas imagens oferecidas, pois acreditamos que os conceitos se formam por meio dos diferentes sentidos e linguagens: o tato, o paladar, a audição, a oralidade, manifestos por meio do movimento, da linguagem escrita, falada e gestual. Nesta perspectiva foram muitos os caminhos usados para convidar os/as estudantes a percorrer os livros e aprender e ensinar sobre si mesmos e sobre as culturas negras e indígenas. As atividades trazem o caráter lúdico para a aprendizagem desse tema tão importante, com foco em trabalhos em grupo e pesquisas com a comunidade.

O fato de fazê-las explorando os sentidos e as linguagens diversas, explicam-se pela preocupação metodológica de garantir a todos/as diferentes percursos de aprendizagem, que é uma das preocupações centrais da educação inclusiva. Essa mesma direção nos fez evitar o uso de verbos como “veja”, “ouça”, nas atividades, pois estes



poderiam ser impraticáveis para quem possui algum tipo de deficiência sensorial. Nesta perspectiva da diversidade física e cultural como parte constitutiva do material, garantimos imgeticamente a presença de crianças e adultos de distintas faixas etárias, aspectos físicos e gêneros e, em vários casos, com diferentes tipos de deficiência.

Optamos por trabalhar com questões norteadoras em cada unidade, sendo cada livro composto por quatro unidades. A primeira, que pergunta: “Quem sou eu? Quem é outro? Quem somos nós?” traz uma reflexão sobre o que nos constitui como seres humanos. Pensamos que a pergunta: “Quem sou eu?” levará a criança a refletir sobre sua identidade, história, corpo, cultura e ao buscar estas respostas perceberá que não está só e que sua identidade é construída na relação com outros e por isso, perguntar-se-á: Quem são os outros? De onde vieram? Brincam das mesmas coisas que eu? Que histórias conhecem? E nesta busca do outro se percebe como parte de um coletivo e se perguntará: quem somos nós?

A segunda unidade parte da pergunta: “De onde viemos?” Para respondê-la, trazemos informações sobre as origens da humanidade, na África, e sobre os povos originários que habitavam as Américas antes da chegada dos europeus. Em alguns lugares a presença indígena é mais marcante, em outros é a presença negra que se destaca. Assim, a compreensão da Afro-América como a região constituída pela presença de negros e negras no continente, sua história de lutas e resistências, bem como a trajetória histórica dos povos originários no Novo Mundo são os principais objetivos desta unidade.

A pergunta que norteia a unidade III “E as nossas raízes?” é uma indagação que discute de onde vêm os nossos saberes e origens. O olhar se volta para as culturas afro-brasileiras e indígenas compartilhando toda a beleza que precisa ser conhecida para ser valorizada e respeitada em sua plenitude. Assim, esta unidade tem por objetivo valorizar a cultura afro-brasileira e indígena na formação da sociedade brasileira. A cultura é entendida por nós como modo de vida e de luta desses povos ao longo da história. Apesar da colonização europeia e consequentes situações de violências, lembramos que “não existe dominação sem resistência”.

Por fim, a unidade IV, a partir da pergunta “E os nossos direitos?” traz assuntos relacionados aos direitos que todos os brasileiros possuem, mas, infelizmente, nem



sempre são garantidos. Além da apresentação dos direitos universais, a ênfase de nossas discussões está na conquista dos direitos dos povos originários e afro-brasileiros, direitos esses não citados nos livros didáticos em geral. Portanto, esta unidade se propõe a discutir temáticas sobre os direitos e a cidadania, sensibilizando a respeito de assuntos essenciais para o entendimento das outras unidades, como o respeito, a diversidade cultural, as diferenças, o preconceito, a discriminação, e, principalmente, os direitos e deveres de cada um(a).

O livro do(a) professor(a) apresenta cada livro da coletânea e aprofunda os conteúdos abordados nas unidades. Nossa preocupação não foi a de preparar um manual para o professor(a), mas possibilitar a ampliação de seus conhecimentos. Assim, trazemos comentários gerais sobre cada unidade, enfocando os temas principais trabalhados; aprofundamos teoricamente os conceitos centrais dos livros; sugerimos alguns encaminhamentos didáticos, bem como outras atividades que não constam nos livros; e propomos uma ampliação das temáticas trabalhadas tanto individualmente (apenas para o/a professor/a) quanto coletivamente (com os/as alunos/as).

Enfim, a coletânea retrata a riqueza de um trabalho multidisciplinar, em equipe, construído por meio de diferentes olhares e perspectivas teóricas, epistemológicas e ideológicas. A partir das nossas diferenças encontramos o caminho para construir um material que mobilizasse os alunos dos primeiros anos do ensino fundamental, bem como seus professores, para a importância e a riqueza da diversidade étnico-racial brasileira, conclamando a todos para a construção da educação que queremos: uma educação justa, igualitária e inclusiva, que garanta a possibilidade de manifestação das diversas culturas que nos identifica e nos torna únicos.

Para melhor explicitarmos as concepções que sustentam a coletânea destacaremos alguns aspectos em relação aos povos indígenas e a população negra.

### **O DESAFIO DE CONTAR E RECONTAR OUTRAS HISTÓRIAS CONSTRUÍDAS POR MUITOS**

Elaborar livros didáticos para o ensino fundamental a respeito das questões indígenas e afro-americanas é um enorme desafio, pois escrever sobre populações



indígenas (chamadas na coleção de povos originários) para crianças é difícil não só pela temática em si, mas também porque o mercado editorial possui inúmeros títulos, alguns deles de qualidade bastante discutível.

Como escrever sobre povos tão distintos, mas que em conjunto receberam o genérico e colonial nome de “índios”? Buscamos mostrar que há uma diversidade enorme de culturas e línguas, sem recorrer a estereótipos. E também destacar, especialmente na segunda unidade, as questões que envolvem a Afro-América, um assunto pouco explorado ainda em obras didáticas e importante do ponto de vista da compreensão da diversidade étnica em nosso continente.

Nesse sentido, a coletânea cumpre o seu papel: contar outras histórias, histórias que mostram populações indígenas e negras não mais como vítimas, mas como agentes históricos e sua destacada (embora por muito tempo ignorada) participação nas histórias do Brasil e das Américas. Exemplos do que se está falando podem ser dados por meio das referências ao vodu haitiano, tratado com respeito e sem as imagens de horror que consagraram esta prática religiosa no cinema ou na literatura recentes; às figuras de Tupac Amaru ou Rosa Parks, cada qual ao seu tempo promovendo lutas em favor de indígenas e negros; ou ainda às eleições de Barack Obama e Evo Morales, que se não solucionaram problemas seculares nas Américas, apontaram novas direções e obrigaram muitos a repensar o lugar da diversidade no início do século XXI e ao longo da história.

Trabalhamos a temática da **violência** e da **resistência** vivenciadas pelos povos originários e afro-brasileiros desde a América Portuguesa. Ao discutirmos o “(des)encontro” entre indígenas e portugueses, enfatizamos que isto se deu desde o primeiro contato, considerando o modo de vida, expresso em valores e práticas, desses diferentes povos. Buscamos ressaltar as diversas formas de resistência vividas pelos indígenas e negros e negras escravizados ao longo da história, com destaque para os quilombos, tentando entender o cotidiano destas comunidades, tanto em sua organização física quanto social, política e econômica.

Destacamos também o saber indígena e africano para a formação da cultura brasileira, reforçando, entre outros aspectos, que esses povos enriqueceram a nossa história com seus saberes, a exemplo da cozinha brasileira, considerando que os povos originários têm a sua alimentação própria e os africanos trouxeram, na memória, os usos



e os gostos da sua terra, recriando-os aqui, a partir dessa mistura de saberes, sabores, culturas e gentes, -mesclando- os com os que aqui nasceram, assim como junto aos colonizadores, sem perder a sua riqueza própria, suas singularidades.

Outra temática trabalhada foi a **liberdade** compreendida como fundamental para entendermos as histórias e culturas indígenas e afro-brasileiras. Objetivamos demonstrar o estranhamento vivido pelos povos originários em relação aos europeus - e aos colonizadores de um modo geral -, ao enfocarmos a escravidão indígena e buscarmos explicar a noção de **escambo** que, muitas vezes, é trabalhado de forma mais pontuada, isto quando trabalhado, somente nos cursos de graduação. Vimos a necessidade de (des)construí-lo a fim de contar outras histórias...

Na época da América Portuguesa e do Império, vale lembrar, a liberdade era percebida como a ausência da escravidão, embora saibamos hoje que na realidade a ausência da escravidão em si não cria uma condição de liberdade. Buscamos, desse modo, enfatizar que a escravidão é uma condição na qual a pessoa é forçada a agir de acordo com a vontade de outra. Já a liberdade significa poder agir e se expressar, seja individual ou coletivamente, sem ter os seus direitos cerceados.

Na reflexão sobre os quilombos optamos por não aprofundar a discussão sobre a existência da escravidão em seu interior, por se tratar de um material para as séries iniciais do ensino fundamental. Entretanto, lembramos no livro do professor que muitos negros e negras antes de virem para a América portuguesa viviam a condição de escravos em seus reinos, mas a escravidão na África acontecia de modo diferente, ou seja, após conquistas internas ou por dívidas, como em civilizações antigas, a exemplo da egípcia e a romana.

No caso da escravidão por dívidas, praticada desde a antiguidade, costumeiramente, as pessoas não eram afastadas de sua terra ou de suas famílias. Muitas vezes passavam a fazer parte da família do senhor ou retomavam a liberdade após quitarem suas obrigações com o trabalho. Enfocamos a importância da **história** e da **memória** para compreendermos as práticas dos povos originários e afro-brasileiros, a fim de, novamente, apreender a **cultura** como modo de vida e de representação da vida. As raízes das culturas indígenas foram problematizadas, com o olhar para as diferenças (de alimentação, habitação) entre essas culturas e a dos não índios.



Destacamos a presença indígena e negra em nossa história desde as **bandeiras e monções**, visando desconstruir a imagem de vítimas, por vezes impetrada, para a leitura desses diferentes povos ao longo do tempo. Quanto aos afro-brasileiros, particularmente na reflexão da religiosidade, com Iemanjá, e os *griôs*, contadores de histórias, visamos entender as raízes africanas na constituição da história afro-brasileira.

Buscando desconstruir a dicotomia que reduz a história da América portuguesa e Brasil Império ao universo de senhores e escravos, ousamos apresentar outras pessoas, no nosso entender, tão importantes quanto os senhores e escravos: **os pobres livres**. Enfatizamos o seu papel e a sua contribuição na história brasileira, particularmente na produção de alimentos, por meio das roças, e nos trabalhos diversos pelas vilas e arraiais.

Sobre os pobres livres é importante dizer que se trata de uma discussão recente na historiografia brasileira que possibilita ir além do olhar para a América portuguesa e o Império apenas pelo tripé (latifúndio, monocultura e trabalho escravo) sugerido pela historiografia tradicional, desde Prado Júnior, como a síntese da história. Autores como Azevedo (1987), Kovarick (1987), Eisenberg (1989), Motta (1998), entre vários outros, vieram edificar a possibilidade de uma nova leitura em torno desses sujeitos, do campo e cidade.

Inserir o pobre livre neste universo é compreender a importância das roças (do abastecimento interno), tal como dos trabalhos miúdos, fundamentais para a construção de nossa história, por sua presença constante e incômoda nas franjas da ordem vigente desde o início da colonização.

Apresentar esses homens e mulheres pobres em “Outras histórias...” significa olhar para as pessoas comuns que viveram condições adversas, próprias do contexto da colonização, mas que abriram brechas, no modo possível de cada dia, para pensarmos novos sujeitos. Esses homens e mulheres, diferentemente do que afirmou Franco (1997) em sua obra “Homens livres na ordem escravocrata” “tinham sim razão de ser” e a demonstraram por meio de “outras histórias...”

Ao trabalharmos o conceito de “bandeiras” chamamos a atenção para a presença das mulheres como membros dessas incursões. Vale observar também a presença de crianças por esses percursos. Visamos enfatizar os povos originários e negros





escravizados trabalhando, de sol a sol, pelas bandeiras e monções, mas reagindo sempre que possível frente a esse universo de violência, mas também de resistência e de redes de negociação.

Ainda sobre esta discussão, fundamentando-nos em Monteiro (1994), vale enfatizar a resistência indígena, ou seja, a luta dos povos originários para não serem escravizados. Como salientou Holanda (1990) chama a atenção, nas monções, na Capitania de Mato Grosso, o papel dos Paiaguá (índios canoeiros), Guaikuru (índios cavaleiros) e os Kayapó, entre outros, os quais defendiam, com unhas e dentes - e as armas possíveis - de forma contundente, os lugares por eles ocupados e o seu modo de vida. Ao longo da história esses povos foram, em grande parte, dizimados pelo não índio, por meio das entradas, bandeiras e monções.

Dando continuidade a esta reflexão, discutimos enfaticamente a **luta** e a **cultura** dos povos originários e afro-brasileiros ao longo da história. Para tanto, trabalhamos o modo de vida indígena, com o olhar para as brincadeiras (como a Cama de Gato) e para a família indígena, enfatizando ainda o significado da terra e sua importância para os povos originários.

Quanto aos afro-brasileiros, discutimos a figura de Chico Rei para pensarmos não somente o indivíduo, mas milhares de homens e mulheres que ao serem escravizados resistiram à violência da escravidão, não somente nas minas gerais do século XVIII, mas por todos os lugares onde ela existia. Outro objetivo foi a discussão da escravidão urbana, ao analisarmos o trabalho dos escravos ao ganho e de aluguel. Discutimos ainda a presença da criança e da família escrava em meio à escravidão.

E como a ousadia faz parte de nosso trabalho, na unidade III do livro IV criamos uma história chamada “Essien e o sonho de liberdade” para enfatizar o desejo de liberdade como mola propulsora das inúmeras ações que despontaram pela história dos negros escravizados na América portuguesa e Império, chegando ao tempo presente, de forma renovada, nas lutas para a conquista dos territórios negros e indígenas, entre ações orquestradas por movimentos negros e outras organizações.

Na discussão da cultura afro-brasileira, ao priorizarmos a criança e a família escrava, observamos que são temas caros para a historiografia brasileira, principalmente a partir da década de 1980. Reflexões sobre a resistência escrava tornaram-se comuns



naquele momento histórico, como por exemplo em trabalhos como os de Chalhoub (1986), Azevedo (1987), Schwartz (1987), Lara (1988), entre outros, principalmente a partir da abertura política, bem como pelas comemorações do centenário da abolição, ocorridas em 1988.

A década de 1990 e as que viriam também foram palco de inúmeras contribuições para a discussão das várias formas de resistência e de negociação vividas pelos escravos no decurso de sua história. Autores como Chalhoub (1990, 2012), Machado (1994), Queiroz (1998), Wissenbach (1998), Schwartz (2001), Lara (2007), Reis e Silva (2005); Fraga Filho (2006) e vários outros são exemplos dessa produção historiográfica.

Estes estudos são importantes para a percepção do quanto a partir da década de 1980 a historiografia brasileira avançou na discussão das ações dos escravizados e no debate entre a escravidão e a liberdade. Esta nova historiografia, inspirada na Nova História e na História Social do Trabalho, ao discutir o modo de vida e as formas de resistência dos escravizados e livres desde a América Portuguesa, indica o avanço das várias áreas (Ciências Sociais, História, Antropologia, etc.) para a discussão dos negros como sujeitos históricos.

Nesta perspectiva, ampliou-se o foco de análise dos senhores e escravos nas *plantations* para o modo de vida de homens, mulheres e crianças também em outros lugares. Ampliou-se a análise para a discussão da negociação e da resistência como expressões de luta e de cultura desses povos. Ações que podem ser entendidas também, em determinados casos, como tentativas de amenizar as dores do cotidiano.

Na unidade III do Livro V discutimos o **trabalho**, os **trabalhadores** e os **movimentos sociais**, partindo da análise da história dos povos originários e afro-brasileiros, da América portuguesa ao Império e República. Para esta reflexão utilizamos histórias e poemas, como o de Bertold Brecht “Perguntas de um operário que lê”. Ao levantar várias indagações sobre quem construiu a história, o poeta traz esta discussão da história e da cultura para mais perto, a partir da gente simples, dos homens, mulheres e crianças. Enfatizamos então a necessidade de ir além da história de heróis ou de vencidos e vencedores.



Discutimos ainda na unidade III dois movimentos de luta indígena e afro-brasileira (**a Confederação dos Tamoios** - século XVI, com a presença dos povos originários, e a **Revolta da Chibata** - século XX, sob liderança de um afro-brasileiro). Destacamos também os movimentos ocorridos no período regencial, envolvendo negros e indígenas. São movimentos que se distanciam no tempo e nos sujeitos envolvidos, mas que trazem semelhanças ao possibilitar apreender as ações de luta e de denúncia das condições adversas, vividas por ambos os sujeitos.

Ao discutirmos a defesa da vinda de imigrantes, de preferência europeus, para substituir o trabalho escravo nas lavouras de café do século XIX, destacamos a questão da eugenia nos discursos dos políticos e fazendeiros. As teorias científicas, em voga na Europa, inspiradas particularmente no darwinismo social, em meados do XIX, foram utilizadas como justificadoras da afirmativa da inferioridade do negro em relação ao branco. Salientamos a intolerância presente nessas teorias, tal como a sua incapacidade de dar conta da realidade brasileira. Diferente desta teoria, a resistência negra ao longo da história colonial e no contexto da abolição foi uma luta conduzida pelos próprios negros.

Semelhante aos contextos anteriores, muitas ações foram brotando, por suas raízes, no correr do século XX e XXI em meio às próprias adversidades. Hoje, é possível encontrar, espalhados pelo país, movimentos como os de luta pela conquista e defesa dos territórios indígenas, do movimento negro e dos remanescentes de quilombos que veem suas terras, historicamente, sendo ocupadas por projetos de modernização oriundos desde a ação do Estado à dos grupos privados, nacionais e internacionais. Encontramos ainda sem-terra e sem-teto, no campo e cidade, entre muitos outros agentes sociais, que, com certeza, trazem no corpo, sangue e história a presença negra e indígena.

### PARA NÃO CONCLUIR...

Estamos seguros de que o material ora apresentado pode ser entendido como uma grande contribuição para o ensino de histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas. Utilizado na sua completude, realizando todas as atividades propostas em



cada livro e seguindo os enriquecimentos apresentados no livro do(a) professor(a) esperamos que o conjunto dos livros contribua para aumentar a percepção de que somos todos humanos, iguais em direitos, e diferentes nos modos como expressamos esta humanidade.

Acreditamos que a coletânea favorecerá também a compreensão de conceitos importantes para a construção de uma cultura da paz nas escolas, na medida em que ao se aprender o que é racismo, discriminação, preconceito, ao mesmo tempo “descobresse” também o quanto os povos originários e a população negra contribuíram e contribuem para a constituição da nação brasileira. Contribuições, bem sabemos, não só com o trabalho, o suor e o sangue de seus descendentes, mas com a produção de conhecimentos nos diferentes âmbitos da sociedade.

Esperamos que esta coletânea colabore na construção de conceitos, práticas, saberes e valores fundamentais para os tempos atuais: compreender as diferenças como singularidades e não como inferioridades; estreitar laços de solidariedade para, sobretudo, posicionar-se como cidadão(ã) na construção do hoje, avançando para o respeito ao outro e não simplesmente mantendo a tolerância.

Poderíamos falar muito mais sobre a escrita de “Outras histórias...”, mas isto não é necessário, pois somente o contato com o material e o trabalho desenvolvido pelos professores do ensino fundamental, juntamente com as crianças, poderá dar este retorno. Como já observado, tecemos todo o material em cinco pessoas, a dez mãos. Para este trabalho nos dividimos para a composição das partes, mas no seu desenrolar e fechamento do texto cada linha foi discutida por todos. Daí a certeza de que tentamos fazer o melhor possível. É óbvio que brechas serão encontradas, pois um “produto pronto e acabado” é o fim da história, e não desejamos este fim, mas sempre o (re)começo, para que possamos caminhar por outras histórias.... sempre.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



BRASIL. Ministério da Educação. *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de Obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD*, 2013.

BRASIL. *Decreto nº 7.084*, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os programas de material didático. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm)>. Acesso em Ago. 2013.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em Ago. 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil – Século XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Polêmicas do Nosso Tempo, 1984.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Ed.Unesp, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*. 3ª ed. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do Trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARA, Silvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na Capitânia do Rio de Janeiro -1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Fragments Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NEGRÃO, E. V. A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenis. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 63, nov.1987, p. 86-87.

NEGRÃO, E. V.; PINTO, R. P. *Olho no preconceito: um guia para professores sobre racismo em livros para crianças*. São Paulo: FCC/DPE, 1990. (Textos FCC, 5).

PINTO, Regina P. Educação do negro: uma revisão da bibliografia. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 62, ago. 1987, p. 03-34.

QUEIROZ, Sueli Roble Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROSEMBERG, Fulvia, SILVA, Paulo V. B. da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003, p. 125-146.

SILVA, Ana C. da. A desconstrução da discriminação no livro didático In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

SILVA, Ana C. da. A discriminação racial nos livros didáticos. *Educação e Discriminação dos Negros*. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1988, p. 91-96.

SILVA, E. T. da. *Criticidade e leitura: ensaios*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 1998.

SILVA, P. V. B. da. *Relações raciais em livros didáticos brasileiros: uma síntese da literatura*. São Paulo: PUC/SP, 2002.

SCHWARTZ, Lilian M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

*Recebido em março de 2014  
Aprovado em maio de 2014*